

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma Cidade Multi-étnica na Região Carbonífera de Santa Catarina
(Criciúma, 1960 – 1980)

Dorval do Nascimento¹

Resumo: As cidades da região carbonífera de Santa Catarina se formaram a partir de um duplo registro, aquele da imigração que forneceu o núcleo inicial de povoamento e o da indústria de extração de carvão mineral que moldou por longos anos as suas identidades urbanas e conformou uma cidade que podemos chamar de carbonífera. No cruzamento desses dois registros forjaram-se lutas de representações que implicaram num redimensionamento das identidades urbanas das cidades em questão, em especial no pós-guerra. Tomando Criciúma, a cidade pólo da região, como campo de observação e as comemorações do Centenário de colonização italiana da cidade como ponto de partida, se analisará os processos de mudança identitária da cidade, observando-se as novas representações que se estabelecem no imaginário urbano, os interesses sociais envolvidos e os meios encontrados para operar a transformação identitária da urbe.

Palavras-chave: Cidade carbonífera, Identidade urbana, Etnicidade.

Abstract: The cities of the carboniferous region of Santa Catarina State were formed from a double register, one related to the immigration, supplying the initial nucleus of settlement, and one related to the coal mining industry, molding for long years his urbane identities and adapting a city whom we can call a carboniferous one. In the crossroad of these two registers there were forged struggles of representations that teased in a resizing of the urbane identities of these cities, in special in the post-war period. Considering Criciúma (the pole city of the region) as field of observation, and considering the commemorations of the Italian colonization Centenary of the city as starting point, the identity changing processes of the city will be analyzed, pointing out the new representations that are established in the urbane imaginary, the related social interests and the founded ways to operate the identity transformation of the city.

Keywords: carboniferous city; urban identity; ethnicity.

Na quente noite do dia 6 de janeiro de 1980, “debaixo de um céu carregado de nuvens negras, a cada instante entrecortadas por raios fulminantes seguidos de trovões assustadores”, um grupo de homens postava-se diante de cerca de trinta mil pessoas, no Estádio Heriberto Hülse, para realizar o hasteamento das bandeiras em uma das cerimônias mais populares das comemorações do Centenário de fundação de Criciúma. Entre eles estava Salomão da Rosa, “filho de pioneiro da etnia negra”, defronte a bandeira da Guiné. Ao seu

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Doutor em História (UFRGS).

lado, colocava-se o Governador Jorge Konder Bornhausen, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, o Prefeito Municipal Altair Guidi, os cônsules da Itália, Polônia e Portugal, e o Bispo Diocesano Dom Anselmo Pietrulla, que hastearam as bandeiras dos respectivos países (Brasil, Itália, Alemanha, Polônia e Portugal), do Estado de Santa Catarina e de Criciúma, ao som do hino nacional brasileiro e de hinos dos demais países representados.

A presença de Salomão da Rosa entre autoridades tão importantes, portando a bandeira da Guiné, representa o fechamento de um longo processo de etnicização das relações sociais e culturais presentes na cidade de Criciúma, e, por último, promovida pelo governo Altair Guidi a partir de diversas ações de governo que culminaram nas comemorações do Centenário, sem o qual Salomão da Rosa e a bandeira da Guiné não estariam presentes em cerimônia tão importante.

Gostaríamos de brevemente narrar as comemorações do Centenário de fundação de Criciúma e refletir sobre a cidade que a festa do Centenário expôs para ser publicamente consumida pelos cidadãos cricumenses e visitantes. De certa forma, a presença de um homem comum entre as autoridades na cerimônia de abertura de um dos eventos mais populares do Centenário indica que a identidade urbana elaborada pelo Governo Guidi e exposta na festa promoveu a valorização de grupos subalternos da cidade. Porém, como veremos, houve um preço que precisou ser pago.

O Poder Público Municipal tomou medidas práticas, a partir de 1978, para efetivamente organizar as comemorações do Centenário de fundação de Criciúma. Neste ano, no dia 4 de maio, foi criada a Comissão Central dos Festejos do Centenário de Criciúma, através da Resolução 04/78 do Conselho Municipal de Cultura (ARNS, 1985, p. 220). A comissão era composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, indicados pelo Conselho e nomeados pelo Prefeito Municipal, podendo ainda a comissão criar outras funções, o que acabou ocorrendo. Entretanto, somente um ano mais tarde, em 16 de abril de 1979, a comissão foi nomeada. O Conselho de Cultura criou ainda diversas comissões vinculadas a Comissão Central dos Festejos do Centenário, através de seu regulamento geral. Dentre essas comissões, merece destaque a criação da Assessoria de Etnia, composta de cinco membros “representando a cultura italiana, alemã, polonesa, negra e portuguesa” e que tinha por objetivo coordenar a atuação dos grupos étnicos nas festividades; e a comissão de cultura, também composta de cinco membros, vinculada a Secretaria Geral, e que tinha amplos objetivos, entre eles a composição do livro do Centenário, a organização do museu histórico, a construção do “Monumento ao Imigrante” e a organização dos grupos folclóricos (ARNS,

1985, p. 221 e 222). A Comissão Central dos Festejos do Centenário de Criciúma passou a integrar um grande número de comissões e assessorias e coordenar um grupo expressivo de pessoas.

A festa começou com o claro objetivo de conquistar e envolver toda a cidade. O governo municipal não queria deixar de chamar a atenção para o aniversário da cidade e, no fim das contas, para si mesmo. A programação dos festejos do Centenário tomariam todo o ano de 1980, até 6 de janeiro de 1981, no que ficou divulgado como o *Ano do Centenário*. Realizar uma festa de poucos dias, ou mesmo de poucas semanas, como outras cidades da região haviam feito, era pouco para a importância que Criciúma possuía a seus olhos como capital regional e para os planos que Altair Guidi tinha para a cidade. No *Ano do Centenário*, o Brasil vivia um momento muito específico de sua conjuntura, o que analistas políticos chamam de redemocratização, e que implicava na transição da ditadura militar para um regime democrático. Desde o Governo Geisel o poder militar tinha um projeto de distensão “lenta, gradual e segura” para o país, organizando a constitucionalização do Brasil e buscando manter o controle sobre os movimentos sociais e a oposição. Com a reforma legal de 1979, o sistema político tornou-se mais complexo, com a existência de diferentes partidos e a realização de eleições cada vez mais amplas, o que colocava inúmeros problemas para o partido oficial, do qual Altair Guidi fazia parte. Neste contexto, projetos de hegemonização da sociedade tornavam-se prementes, em vista de que a ditadura militar perdia sua força e os projetos de poder eram disputados na sociedade através de eleições (DA SILVA, 2003).

O esquema geral das comemorações do Centenário previa, como pontos altos, uma abertura e uma espécie de encerramento quando se realizaria uma exposição econômico-industrial. Haveria uma série de outras atividades festivas diluídas no decorrer do *Ano do Centenário*. Logo no início das festividades aparecem os cantos e as danças executadas por grupos folclóricos vinculados a colégios da cidade e que buscavam recuperar as raízes culturais dos grupos étnicos fundadores de Criciúma. Na Festa do Centenário se buscou homenagear as etnias fundadoras da cidade, identificadas como italiana, alemã e polonesa. Entretanto, era preciso também contemplar o conjunto da população cidadina, a maioria formada por ‘brasileiros’, originários de imigrações mais antigas, espontâneas e forçadas como no caso da população negra, que haviam chegado na época da cidade carbonífera e que agora a representação das etnias buscava dar conta. A inclusão da etnia portuguesa procurou responder a essa demanda, juntamente com a etnia negra, que guardava sua especificidade em vista de sua presença diferenciada na cidade. A Festa do Centenário, e o esquema identitário que lhe dava base, procurava ser inclusiva e democrática, não deixando ninguém de fora. Um

dos lemas que as festividades do Centenário utilizaram foi ‘A Festa é de Todos’, conforme aparece no folheto de divulgação do ‘Carnaval 100sacional’² e na programação do encerramento dos festejos do Centenário³. A festa, tal como a identidade urbana que se expressou nela, buscou integrar o conjunto dos moradores. Entretanto, como veremos, a entrada no esquema identitário não significava que todos eram iguais e tinham a mesma importância. As etnias tinham também sua própria hierarquia.

A recuperação dos cantos e danças dos grupos étnicos também coloca uma série de dificuldades. Não se busca, ao que parece, recuperar os costumes dos imigrantes no tempo do núcleo colonial, mas aquilo que se chama o ‘típico’ daquela cultura e que, quando elaborado, é dado como espetáculo na festa. No fim das contas, o que é apresentado como típico daquela cultura (italiana, alemã, polonesa, portuguesa e negra) é, na verdade, uma prática que se descolou do cotidiano, envelheceu e morreu como cultura, restando seu estereótipo, lugar comum e vulgar, que é apresentado como folclore, que vale como espetáculo para o turista, mas que não guarda nenhuma ligação orgânica com comunidade alguma. Esses cantos e danças não se estabelecem a partir do que se chama costumes de uma sociedade tradicional, mas entram na rubrica do que Hobsbawm chamou de “tradições inventadas”, ou seja, a formalização de práticas fixas impostas a partir de um passado real ou forjado (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 10).

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

O estabelecimento de um certo folclore das etnias não é fruto de um sentimento nostálgico de preservação de uma cultura que está desaparecendo, mas um esforço de distinção do grupo e sua afirmação diante de outros grupos. A etnicidade é um sistema de classificação social, entre outros possíveis, elaborado a partir da valorização de determinadas diferenciações físicas, culturais e psicológicas entre os grupos que atribuem a característica de étnicos a si mesmos e aos outros grupos sociais (MARTINIELLO, 1995, p. 18).

Etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

2 CRICIÚMA. *Carnaval 100sacional*. Folheto de divulgação. 1980.

3 CRICIÚMA. *Programação de Encerramento do Centenário*. 1981.

Na verdade, as relações sociais de fundo étnico não se estabelecem a partir da existência de características físicas, psicológicas ou culturais objetivas dos grupos, mas a partir da percepção de sua importância para as relações sociais, a partir das quais os indivíduos e grupos se classificam e classificam aos outros, atribuindo ao seu grupo social, definido como étnico, e no mesmo movimento aos outros grupos também, determinados conteúdos culturais que constrói uma relação de tipo étnica. A etnicidade envolve critérios de tipo físico e cultural, mas eles são construídos social e culturalmente por um discurso e prática que os destaca como elementos diferenciadores de indivíduos e grupos, e não como características naturais intangíveis.

A etnicidade se define, sobretudo, pela construção social e política dessas substâncias e dessas diferenças biológicas e culturais na medida onde ela permite a criação de grupos distintos. Em uma frase, a etnicidade é um aspecto das relações sociais entre atores sociais que se consideram e que são considerados pelos outros como sendo culturalmente distintos dos membros de outros grupos com os quais eles têm um mínimo de interações regulares. (MARTINIELLO, 1995, p. 18 e 19).

Essas diferenças não são fixadas de uma vez por todas, mas são construídas e reconstruídas através das relações sociais entre os grupos ditos étnicos, perpassadas por clivagens de classes sociais, sexo ou ainda, relações regionais e nacionais. Essas relações fornecem a base para importantes sentimentos de pertencimento, que organizam a vida cotidiana e as relações individuais e coletivas das populações envolvidas.

A etnicidade é uma forma de expressão de desigualdades sociais e de classificação entre outras. É preciso não exagerar sua importância e de a considerar como a única dimensão significativa da vida social. Entretanto, as relações de fundo étnico assumem, em determinadas épocas e certos contextos, uma pertinência efetivamente fundamental nas relações sociais. Em Criciúma, emergiu no interior mesmo da cidade carbonífera um discurso centrado na atribuição de pertencimentos que se operacionalizou a partir da noção de origem. Essas estratégias discursivas centraram-se na figura do imigrante e valorizaram o grupo social constituído pelos seus descendentes. Foram esses discursos que se consubstanciaram na cidade étnica construída e divulgada pelas comemorações do Centenário.

Todas as atividades do Ano 100 foram vislumbradas e programadas pelo Governo Guidi como um momento privilegiado para fixar na alma da cidade uma nova definição sobre o que era Criciúma e o que era ser cricumense, isto é, novas determinações identitárias. Em um folheto da Administração Altair Guidi, produzido provavelmente no final de seu governo, se pode observar como as comemorações do Centenário aparecem como obra da

administração municipal que, por sua vez, serviu para divulgar e fixar na população a própria Administração. O folheto foi elaborado em papel cartão, colorido, em três meia-folhas horizontalmente unidas, tendo na capa as palavras “Criciúma, hoje” e inúmeras fotografias, que foi o meio utilizado para mostrar a nova cidade, quase sem texto. Nas fotografias predominaram a praça Nereu Ramos, com o calçadão e os novos equipamentos urbanos; a Avenida Centenário, em imagens panorâmicas, noturnas e de detalhes; e as comemorações do Centenário, relacionadas às apresentações de grupos folclóricos e a desfiles étnicos. Na parte interna há um texto louvando a nova cidade criada. Nele, apresenta-se o lugar do Centenário na composição da cidade nova:

Ou a promoção de eventos culturais, a criação do Museu da Colonização (reciclando uma das mais antigas construções de Criciúma), a realização das festas do Centenário – atos e fatos que vão sedimentando a personalidade e o caráter de uma cidade.

Essa necessidade de marcar a cidade de forma permanente, seu caráter e personalidade, de tal maneira que os governos municipais posteriores não pudessem destruir a obra realizada, e que é preocupação de qualquer político, com óbvio conteúdo eleitoral, tornou-se uma obsessão para o Governo Guidi, em vista de que catalizava todo um sentimento social presente na cidade, que se expressava na valorização dos descendentes de correntes imigratórias de fins do século XIX. A fixação de placas e marcos comemorativos por todo o corpo da cidade é um indício dessa obsessão de demarcar um território para essa nova forma de ver a cidade e, em decorrência, para o Governo Guidi, criador da nova cidade. De fato, articulados as festas de responsabilidade dos grupos étnicos no decorrer do Ano 100, as placas e marcos foram fixados em diferentes lugares da cidade. Assim, na Praça Nereu Ramos, coração da cidade, foi fixada uma “Placa da Colonização Italiana” (ARNS, 1985, p. 232 e 233) por ocasião da *Festa de São José*. Também no centro, articulada a *Festa do Divino*, foi descerrado um marco que “lembra a presença do elemento luso em Criciúma”. Na *Festa de Santa Bárbara*, de responsabilidade do grupo negro, foi descerrada uma placa que “honra o mineiro que, com suor, contribui para o progresso de Criciúma”. Em Linha Batista, por ocasião da *Festa de São Casimiro*, foi fixado o “marco da colonização polonesa”, onde “foram inscritos os nomes das primeiras famílias que aqui aportaram e juntando suas forças ao trabalho insano (sic) dos primeiros colonizadores ajudaram a construir o futuro que vivemos hoje”⁴.

De fato, as representações colocadas em circulação pelas comemorações do

4 “Etnia Polonesa Foi Homenageada”. *Tribuna Criciumense*, 08/03/1980, p. 4.

Centenário de Criciúma em 1980 se fixaram no corpo e na alma da cidade. Os festejos dos aniversários subsequentes da cidade sempre se remeteram ao Ano 100, considerado ele próprio um marco fundador da nova cidade. Uma matéria publicada na *Tribuna Criciumense* de 1982 dá bem a medida disso⁵. Ainda que seja uma matéria noticiosa, o jornalista ecoa todo o vocabulário que o Governo Guidi implantou junto com a nova cidade: identidade cultural, revitalização de pontos de encontro tradicionais, recriação de sentido de comunidade vivido pelos núcleos de imigração, calçadão como território livre para desfrute dos cidadãos, etc. Também as fotografias sobre a cidade, no período posterior ao *Ano do Centenário*, centram-se na Avenida Centenário e no calçadão, em um olhar que valoriza as obras do Governo Guidi. Esses fatos vão além da confluência de interesses entre governo e imprensa, tão comum também em Criciúma. Na verdade, foi uma impossibilidade de dizer e ver a cidade com outras palavras e imagens que não fossem aquelas criadas pelo Governo Guidi.

Bibliografia

ARNS, Otília (Coordenação Geral). *Criciúma 1880 – 1980 “A Semente Deu Bons Frutos”*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1985.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BAYART, François. *L’illusion Identitaire*. Paris: Fayard, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À Beira da Falésia – A História Entre Certezas e Inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DAMIAN, Moore. *Ethnicité et Politique de la Ville, en France et en Grande Bretagne*. Paris: L’Harmattan, 2001.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Volume 4: O Tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização

⁵ “Criciúma Comemorou 102 Anos Neste 6 de Janeiro”. *Tribuna Criciumense*, 09/01/1982, p. 5.

Brasileira, 2003, p. 245 – 282.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional – Imigrantes, Minorias e a Luta Pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MARTINIELLO, Marco. *L’Ethnicité Dans Les Sciences Sociales Contemporaines*. Paris: PUF, 1995.

ORY, Pascal. *L’histoire Culturelle*. Paris: PUF, 2004.

OSTROWETSKI, Sylvia. L’Écart Des Appartenances. In: RAGI, Tariq (dir.). **Les Territoires de L’Identité**. Amiens: Licorne; Paris: L’Harmattan, 1999. Collection Villes Plurielles, p. 237 - 249.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

RAGI, Tariq (dir.). **Les Territoires de L’Identité**. Amiens: Licorne; Paris: L’Harmattan, 1999. Collection Villes Plurielles.

VILLAR, Diego. **Uma Abordagem Crítica ao Conceito de “Etnicidade” na Obra de Fredrik Barth**. *Mana*, abr. 2004, vol. 10, nº 1, p. 165 – 192.

VINSONNEAU, Geneviève. **L’Identité Culturelle**. Paris: Armand Colin, 2002.